

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7963 | Salvador, quarta-feira, 22.07.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



BB quer retorno ao atendimento presencial dos funcionários que coabitam com grupo de risco. O Sindicato é contra e se reúne com o banco hoje



CAMPANHA SALARIAL

SBBA é contra fim do teletrabalho no Banco do Brasil

Página 2

Crise acentuou desigualdades no trabalho doméstico

Página 4

Minuta prestes a ser entregue

Falta apenas um dia para que os bancos conheçam formalmente a pauta de reivindicações da categoria. A minuta será

entregue virtualmente amanhã, às 14h30. Entre os pontos do documento, aumento real e defesa do emprego. Página 3

SBBA reage ao BB

Instituição quer retorno de alguns funcionários. Risco

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

ASSIM que soube da atitude intransigente do Banco do Brasil, que pegou todos de surpresa, convocando para o retorno ao atendimento presencial, a partir de segunda-feira, os funcionários que coabitam com pessoas do grupo de risco, o Sindicato dos Bancários da Bahia entrou em contato com a direção da empresa e solicitou reunião, já agendada para hoje.

Paralelamente, a entidade prepara denúncia a ser apresentada ao MPT (Ministério Público do Trabalho). O Sindicato rejeita a decisão arbitrária do BB, por expor a vida dos

familiares dos bancários. O diretor do Departamento Jurídico do SBBA, Fábio Ledo, lembra que a atitude unilateral da empresa não condiz com o que foi acertado em negociação.

A decisão foi emitida através do Comunicado a Administradores, contendo novas orientações para as dependências, inclusive do retorno às agências. Sem estabelecer nenhum critério médico, o BB informa que os funcionários que se autodeclararam residir com pessoas que pertencem ao grupo de risco devem retornar as atividades. Dessa forma, gestores do Banco do Brasil tem convocado a volta irrestrita dos trabalhadores que se enquadram na regra.

Muitos bancários estão desesperados pelo risco de exposição aos familiares. A preocupação vai além. Pais e mães não têm onde deixar os filhos, já que creches e escolas estão fechadas por conta da pandemia do coronavírus.

Morre ex-presidente do Sindicato. Luto

ELEITO como secretário-geral, na chapa que comandou o Sindicato dos Bancários da Bahia no biênio 1959-1961, Alvimar Macedo da Silva assumiu a presidência da entidade apenas dois meses após a posse da diretoria. Foi em sua gestão que o Sindicato lançou pela primeira vez o jornal *O Bancário*.

Foi na gestão de Alvimar, também, que a categoria realizou sua I Convenção Nacional dos bancários, no Rio de Janeiro.

É com imensa tristeza e pesar que o Sindicato comunica a morte dessa importante liderança, ao tempo em que se solidariza com familiares e amigos.



Alvimar Macedo da Silva deixa legado de luta



TEMAS & DEBATES

A morte como bandeira

Álvaro Gomes*

O Fantástico do dia 19/07/20, em reportagem sobre violência, relatou o aumento do número de armas de fogo desde 2016, quando foram colocadas em circulação mais 83.822. Nos anos seguintes, o aumento vem refletindo a posição do presidente da República, que tem a morte como bandeira central, com uma política de exclusão social que mata as pessoas de fome, sua campanha permanente para armar a “população” e seu posicionamento genocida contra o isolamento social, diante da pandemia de Covid-19, contrariando as orientações da ciência.

Desde quando Bolsonaro assumiu o governo, já lançou 11 portarias e 8 decretos facilitando a compra de armas e munições, muitos foram revogados, mas a atual legislação facilita o aumento da circulação de armas de fogo no país. Em 2017 foram mais 107.826 armas, em 2018 aumentou para 138.106, em 2019 mais 191.536 e em 2020, até junho, 139.334. É bom ressaltar que essa política contribui para armar criminosos ricos, milicianos e traficantes.

Vivemos historicamente numa sociedade violenta que mata anualmente, principalmente com armas de fogo, cerca de 60 mil pessoas, a política de Bolsonaro agrava de forma assustadora essa situação, estimulando o extermínio e, em nome do direito individual do “cidadão de bem” ter arma, retira o direito coletivo à segurança. Quando o presidente revoga as portarias do Exército que permitia o rastreamento de armas, está permitindo que os traficantes e milicianos possam se armar e praticar assassinatos sem serem identificados.

O Brasil é o país que mais mata com arma de fogo no mundo em números absolutos. No momento vivemos uma tragédia social agravada pela política nacional, que contraria as orientações dos cientistas para combater a Covid-19 e o resultado disso é que já acumulamos mais de 80 mil mortes. A situação é agravada com outra realidade trágica, a violência que mata milhares de pessoas por ano, quando essas mortes poderiam ser evitadas.

A política de incentivo à violência e o posicionamento genocida do governo federal precisam ser barrados. Uma minoria não pode levar o país ao caos, as vidas humanas precisam ser preservadas, a banalização da morte é uma grave doença social que precisa ser imediatamente isolada e curada.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres



Governo deixa de financiar estudo da Covid-19

Governo negligencia combate à Covid-19

A PESQUISA que analisa a prevalência do coronavírus na população brasileira não terá financiamento renovado, segundo decisão do Ministério da Saúde. A atitude é mais um aceno do governo Bolsonaro ao descaso com a ciência e com a vida dos brasileiros.

O Epicovid é o maior estudo brasileiro sobre o vírus que, na terceira fase da pesquisa, apontou que, em dois meses, aumentou a prevalência do novo coronavírus em um grupo de cidades analisadas, saindo de 1,9% para 3,8%. Também mostrou que o distanciamento social caiu de 23,1% para 18,9%.

Agora, sem financiamento, a universidade responsável pela pesquisa – UFPel (Universidade Federal de Pelotas) – está em negociações com instituições de pesquisas e iniciativas privadas para evitar que o estudo seja prejudicado e dê continuidade às próximas fases.

A minuta chega até a Fenaban amanhã

Após a entrega, é aguardar as datas das negociações

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A **FENABAN** (Federação Nacional dos Bancos) toma ciência da pauta de reivindicações da categoria bancária, amanhã. Como vem acontecendo desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, a entrega será feita virtualmente, às 14h30.

Este ano, a campanha salarial promete ser difícil, diante da conjuntura política e econômica. As empresas vão tentar endure-

cer sob a justificativa da crise. O que não vai colar, afinal mesmo com a recessão os bancos seguem com lucratividade alta. Apenas no primeiro trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 13,7 bilhões.

A categoria reivindica reajuste com inflação mais 5% de aumento real nos salários e demais verbas. Uma das prioridades é o fim das demissões e a garantia dos direitos conquistados na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Outros assuntos também ganham destaque como regras para o trabalho remoto e a defesa dos bancos públicos, fundamentais para a retomada do crescimento nacional e as políticas de combate à desigualdade social.



Decisão não pode ser tomada unilateralmente

Teletrabalho após pandemia apenas com negociação

NA TENTATIVA de impedir a maior propagação da Covid-19 e proteger a saúde e a vida dos trabalhadores, o movimento sindical defendeu o teletrabalho para uma parcela da categoria bancária. Hoje, cerca de 230 mil funcionários trabalham de casa. Mas, os bancos já sinalizam a intenção de estender a modalidade pós-pandemia sem negociar com as entidades.

Inclusive, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou a expansão do programa de trabalho remoto para depois da pandemia, pois a modalidade foi eficiente para a empresa. Apesar de usar a justificativa de que nas áreas sem tanto contato com os clientes houve bom desempenho, qualquer decisão só deve ser tomada através de negociação com os empregados.

Fatores como jornadas, remuneração, equipamentos e estruturas do teletrabalho devem ser discutidos e regulamentados. A decisão não pode ficar nas mãos dos bancos. Os sindicatos já receberam denúncias de trabalhadores com a saúde mental afetada, com jornadas exaustivas, deprimidos, mães e pais com filhos pequenos têm dificuldade de trabalhar em casa.

O acordo que estabelece o trabalho remoto só é válido enquanto durar a pandemia causada pelo coronavírus, sendo que qualquer alteração após o período tem de ser negociada com o movimento sindical. Nenhum corte nem ataque aos direitos dos bancários será aceito.



Hoje, o saque só é possível no caso de encerramento do contrato de trabalho com a empresa que patrocina o fundo

Governo quer saque dos fundos de pensão

AO INVÉS de utilizar a verba pública para ajudar o brasileiro a superar a crise econômica e sanitária, o governo Bolso-

naro quer usar o dinheiro da própria população. Agora avalia a possibilidade de liberar saques antecipados dos recursos dos fundos de pensão.

A medida seria limitada aos planos de contribuição definida e, provavelmente, para os que ainda não se aposentaram nos planos de contribuição variável. Além de ainda ser restrita às contribuições pessoais vertidas, desconsiderando os aportes da patrocinadora e cumprindo critérios associados ao tempo de contribuição ao plano.

A ideia do governo federal é permitir o acesso ao saldo enquanto as pessoas ainda estão trabalhando. Assim, as retiradas devem ser periódicas, uma vez a cada dois anos. Atualmente, o saque do recurso só é permitido no caso de encerramento do contrato de trabalho com a empresa que patrocina o fundo.

Os participantes precisam ter cautela caso tenham acesso à verba, visto que podem ter prejuízos, já que as contas individuais estão impactadas de forma negativa.



Crise escancarou desigualdade

Pandemia afetou o trabalho doméstico

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **TRABALHO** doméstico tem gênero e cor bem específicos no Brasil e a pandemia do coronavírus escancarou. A atividade é realizada principalmente por mulheres negras. Segundo o estudo do Dieese, o país ainda conserva a tradição escravocrata, mantendo relações de servidão, diante dos altos índices de informalidade, baixos salários e sem garantias trabalhistas.

Os agricultores familiares têm alívio. Enfim

APÓS pressão dos movimentos sociais, a Câmara Federal aprovou o projeto de lei 735/2020, destinado a socorrer agricultores familiares enquanto durar a pandemia da Covid-19. A proposta agora segue para o Senado.

Pelo texto, os agricultores que não receberam o auxílio emergencial terão acesso ao pagamento de R\$ 3 mil, em parcela única. Já as mulheres agricultoras chefes de famílias serão beneficiadas com R\$ 6 mil, também em apenas uma parcela.

A proposta ainda garante a criação de um plano de ajuda financeira para construção de cisternas ou outras tecnologias de acesso à água.



Auxílio para agricultores familiares: Finalmente

De acordo com o Dieese, a Covid-19 afetou diretamente os trabalhadores domésticos. O fato acontece pelas características da ocupação e também pela forma como o vírus atinge as relações de cuidados e afazeres do lar.

A carga de muitas trabalhadoras foi aumentada diante da necessidade de distanciamento social, fechamento de escolas e de serviços ligados à alimentação e ao cuidado de pessoas.

O maior exemplo da vulnerabilidade da categoria foi o primeiro óbito em decorrência da Covid-19 no Rio de Janeiro, de uma trabalhadora doméstica de 63 anos. Semanalmente ela percorria 120

No país, direito à alimentação ainda é violado

COM o descaso do governo Bolsonaro, o país se encontra cada vez mais longe de garantir à população mais vulnerável o direito à alimentação e nutrição adequada. Isso em plena crise sanitária causada pela Covid-19.

Análise feita pela Fian Brasil aponta que aumentou o consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, o que eleva o número de pessoas com excesso de peso e doenças como diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares. Sem falar do uso desenfreado de agrotóxicos nas lavouras.

Desde o governo Temer, o país sofre com as medidas que intensificam a violação dos direitos sociais, o que afeta diretamente a alimentação e nutrição adequadas.

Com o governo Bolsonaro, o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi extinto e os programas existentes são prejudicados, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e a agricultura familiar.



Mulheres são as mais atingidas pelas desigualdades do trabalho doméstico

quilômetros para chegar à Zona Sul. Ela contraiu o vírus após os patrões voltarem de viagem pela

Itália e positivarem para o coronavírus. Eles escaparam. Ela, sem assistência, não teve o mesmo fim.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

ESQUIVAR COMO? Irresponsavelmente, o governo Bolsonaro acabou a Epicovid, principal pesquisa sobre o impacto do coronavírus na população brasileira, feita pela UFPel. Informação é decisivo no combate à pandemia. O ministro da Saúde é um general, Pazuello. E os militares não querem ser responsabilizados pela tragédia sanitária, que já matou mais de 80 mil pessoas. Porreta!

É INEXORÁVEL Óbvio que o Ministério da Saúde encerrou o financiamento da Epicovid porque a pesquisa revela com detalhes os efeitos, as consequências da pandemia sobre a sociedade, e aí ficam expostos os equívocos e absurdos cometidos pelo governo Bolsonaro no combate e prevenção ao coronavírus. Desmascara o genocídio. A história condenará os culpados. Inexoravelmente.

PELA VIDA Embora não seja boa prática ficar recorrendo à Justiça para solucionar problemas da política, mas diante da gravidade do caso não há outro jeito senão cobrar uma decisão do STF para impedir Bolsonaro de fazer propaganda da cloroquina. Está cientificamente provado que a medicação não cura a Covid e tem efeitos colaterais mortais. Por defesa à vida.

UM DESRESPEITO É igualzinho ao chefe Bolsonaro. Toda vez que abre a boca só fala besteira. Ministro de Segurança Institucional de um governo entreguista, completamente submisso aos interesses dos EUA, o general Augusto Heleno tem a desfaçatez de afirmar que o Brasil pós redemocratização foi “saqueado”. Uma agressão à democracia.

SÃO TRAIDORES Dá nojo o grau de servidão das elites nativas ao império. Está revelado agora que Dallagnol, Moro e companhia condenaram, ou melhor, quebraram empresas brasileiras na Lava Jato com base em leis norte-americanas. Crime de lesa-pátria doloso, pois o mercado foi ocupado por companhias estadunidenses. Ou seja, tiraram do Brasil para dar aos EUA.